



VAMOS PELA **ESQUERDA**

UMA AGENDA JOVEM

LEGISLATIVAS 2015



**JUVENTUDE
SOCIALISTA**



VAMOS PELA **ESQUERDA**

UMA AGENDA JOVEM

SETEMBRO 2015



Jovens da nossa geração,

Aproximamo-nos de um momento decisivo para o futuro de Portugal.

Depois de quatro anos de austeridade, de uma política que apontou um caminho social de pobreza e de desigualdade e de uma ação governativa que obrigou milhares de jovens a emigrar, chegou o momento de apresentar uma alternativa capaz de inverter o atual quadro económico e social do país.

Nesse sentido, a Juventude Socialista concebeu o documento «Vamos pela Esquerda», que pretende constituir uma agenda progressista, assente em políticas de Esquerda e voltada para as grandes preocupações da juventude, mas não só. Este contributo sustenta a atividade que os jovens socialistas desenvolverão na próxima legislatura, designadamente na Assembleia da República, onde ambicionamos valorizar a ação do Partido Socialista em diversas frentes.

Percorrendo cinco áreas transversais – Igualdade, Emancipação Jovem, Coesão Social e Territorial, Democracia e Europa – as ideias e propostas que colocamos à consideração de todos resultam de um trabalho coerente desenvolvido ao longo dos últimos anos, que reconhece nas políticas de juventude um elemento imprescindível para a promoção da emancipação jovem.

Esta é uma agenda jovem que nos assume enquanto portugueses e europeus, inconformados com as discriminações e injustiças do nosso tempo e conscientes de que a juventude será a força motriz de dignificação da política e da construção de soluções concretas para os desafios e problemas do presente e do futuro.

Chegou a hora de dar voz a todas estas propostas. Acreditando na capacidade transformadora da democracia e nas ideias que defendemos, movemo-nos hoje para que Portugal acorde no simbólico dia 5 de Outubro neste caminho firme, racional e também apaixonante, que nos diz:

«Vamos pela Esquerda»!



João Torres
Secretário-geral da Juventude Socialista



Vamos pela Esquerda na Igualdade

A promoção da Igualdade, enquanto princípio aliado aos valores do respeito pelo outro e à tolerância, é dos campos de acção mais dinâmicos onde espelhamos, sem medos ou receios, a visão da vida colectiva pretendida pela Juventude Socialista: uma sociedade coesa e pacífica, inclusiva e multicultural, respeitadora das diferenças e dos direitos de escolha, protectora da privacidade do cidadão, que dê combate sem tréguas a todas as formas de preconceito e discriminação.

As opções progressistas e marcadamente de esquerda nesta área de intervenção social e cívica constituem um desígnio colectivo identitário desde a génese da JS, aumentando a sua relevância à medida que as novas gerações são cada vez mais informadas e esclarecidas.

Volvidos 41 anos da Revolução dos Cravos, a sociedade portuguesa tem ainda um longo caminho a percorrer no respeito pela diferença, combate à indiferença e às diversas formas de exclusão social.

A nossa ambiciosa agenda de direitos, liberdades e garantias propõe abordagens a problemas que dizem respeito a cidadãos individuais, grupos sociais ou minorias, assim como a causas transversais a toda a sociedade, onde é necessário fazer a letra da lei evoluir e acompanhar a mudança de mentalidades.

- Legalizar a adopção plena por casais do mesmo sexo, introduzindo todas as alterações legislativas necessárias conducentes à eliminação de quaisquer barreiras discriminatórias. ■

- Defender um processo de regulamentação da prostituição, advogando o princípio da liberdade individual, combatendo o lenocínio e todas as formas de exploração humana, garantindo ainda a segurança, saúde e direitos sociais das pessoas que praticam esta actividade. ■

- Eliminar as barreiras na legislação que regula o acesso à Procriação Medicamente Assistida, notoriamente discriminatórias, no que concerne à maternidade de substituição promovendo, assim, um acesso alargado às vantagens do conhecimento científico. ■

- Legalizar e regulamentar o consumo e produção de drogas leves, combatendo simultaneamente as designadas “drogas duras” e promovendo a existência de locais apropriados para o consumo que facilitem a sinalização de comportamentos de risco. ■

- Legalizar a prática da eutanásia em circunstâncias específicas, assegurando que um cidadão na posse das suas plenas capacidades mentais e psicológicas deve poder optar por não prolongar o sofrimento inerente a um estado ou doença permanentes. ■

- Reconhecer os indivíduos intersexo perante a lei, através da emissão expedita do assento de nascimento, documentos de registo civil e cartões de identidade ou passaportes. ■

- Promover políticas activas que fomentem a igualdade salarial entre mulheres e homens, assim como condições e critérios de acesso que tenham por base a igualdade de género para a composição de órgãos de direcção, tanto em organizações da sociedade civil, como na esfera da administração pública. ■





Vamos pela Esquerda na Emancipação Jovem

As questões emancipatórias, em domínios como o acesso a uma educação de qualidade, o direito à habitação e a promoção do emprego, constituem o mínimo denominador comum das preocupações quotidianas das actuais gerações de jovens portugueses.

Alguns problemas estruturais da nossa realidade económica e social, como o desemprego jovem, foram tremendamente agravados durante esta legislatura devido à carga brutal de austeridade financeira aplicada pelo governo de direita.

Os efeitos nefastos das políticas seguidas fizeram-se sentir na degradação da igualdade de oportunidades e num total fracasso ao estímulo de criação de emprego para uma geração com habilitações e capacidades potenciadoras de riqueza, produtividade, modernização e valor acrescentado.

Como consequência directa da falta de expectativas de vida e do desemprego jovem, abandonaram o país, nos últimos quatro anos, mais de 100 mil jovens da geração mais qualificada de sempre.

A Juventude Socialista actuará intransigentemente na promoção do direito de a nossa geração permanecer em Portugal e contribuir

estrategicamente para o crescimento económico do país, tendo como objectivo o acesso a um emprego digno e a condições indispensáveis para constituir família ou atingir um justo estatuto de independência económica.

- Promover a efectiva contratação de jovens estagiários nos sectores público e privado, apostando no reforço dos benefícios, designadamente no que diz respeito às contribuições para a Segurança Social e assegurando assim a necessária mitigação da rotatividade da realidade laboral, para empresas que contratem estagiários, bem como a promoção da contratação de jovens estagiários no âmbito da modernização e qualificação da administração pública. ■

- Promover os estágios curriculares e profissionais nos sectores público e privado, através da simplificação e estabilização das regras que lhes são aplicáveis, assim como a criação de mecanismos de interdependência entre jovens estagiários e trabalhadores mais experientes, com o objectivo de estimular a aquisição de competências e a coesão intergeracional, e ainda de combater simultaneamente o desemprego jovem e o desemprego de longa duração. ■

- Assegurar a efectiva implementação da Garantia Jovem, reavaliando a estratégia de implementação desta medida de génese europeia em Portugal, no sentido de garantir que, até quatro meses após a conclusão de um ciclo de estudos, um jovem tem necessariamente acesso a um emprego não precário, um estágio profissional ou um ciclo de formação adicional. ■

- Instituir um rácio, sob a forma de um limite proporcional, entre os salários mais elevados e mais reduzidos de uma mesma organização, por forma a evitar assimetrias chocantes nas remunerações que ponham em causa uma mais justa distribuição da

riqueza proveniente dos rendimentos gerados pelo trabalho. ■

- Rever o código contributivo, no sentido de permitir o pagamento das contribuições à Segurança Social em referência a cada prestação de serviços, possibilitando aos trabalhadores independentes o pagamento das suas contribuições em função dos valores efectivamente auferidos e evitando que tenham necessariamente de pagar essas mesmas contribuições em função do rendimento que auferiram no ano anterior, entretanto apurado. ■

- Criar um plano nacional de incentivo à natalidade, que conjugue medidas de desagravamento fiscal para casais ou indivíduos com dois ou mais filhos, com o reconhecimento legal de que ambos os progenitores de qualquer criança possam ter o direito de usufruir simultaneamente de licenças de maternidade e paternidade alargadas. ■

- Criar um selo de garantia para empresas sem relações laborais precárias que manifestamente promovam a inserção na vida activa de jovens ou a contratação simultânea de desempregados jovens e de longa duração. ■

- Reforçar os recursos e as competências de organizações fiscalizadoras das condições de trabalho, em particular dotando a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) de recursos humanos e financeiros capazes de reforçar a sua acção fiscalizadora, através da identificação de situações de precariedade laboral. ■

- Criar um programa de apoio ao empreendedorismo destinado a incentivar o regresso dos emigrantes portugueses, permitindo a valorização do seu know-how adquirido e promovendo a inversão do processo de emigração forçada. ■

- Rever a legislação aplicável às regras de atribuição de bolsas de formação profissional em

contexto laboral, impedindo que estas tenham como contrapartida um valor/hora inferior a 60% do salário mínimo nacional em vigor e adoptando obrigatoriamente o regime de subsídios de refeição aplicável aos contratos de trabalho. ■

- Isentar de contribuições à Segurança Social, por um período de um ano, os jovens emigrantes não abrangidos por incentivos à contratação de cidadãos à procura de primeiro emprego ou de desempregados de longa duração e cujo local de trabalho e residência seja em Portugal. ■

- Determinar a isenção de IRC, por um período de um ano, a aplicar a empresas constituídas por jovens emigrantes que tenham alterado residência fiscal para Portugal, sendo este um passo importante para incentivar a criação de empresas e postos de trabalho nacionais. ■

- Possibilitar o acesso majorado às linhas de crédito do Instituto do Emprego e Formação Profissional – Microinvest e Invest+ – a qualquer jovem que esteja emigrado e deseje investir na constituição de uma nova empresa em Portugal. ■

- Estabelecer a oferta gratuita de cursos de Língua Portuguesa, aos cônjuges ou unidos de facto e aos filhos ou educandos do emigrante que regressa, quando tal necessidade se aplique e seja requerida. ■

- Lançar o gabinete de apoio ao jovem emigrante dentro da estrutura do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com balcões locais de atendimento nas embaixadas e consulados portugueses, permitindo-lhes cumprir os procedimentos administrativos inerentes no país onde estão emigrados, bem como obter todas as informações necessárias sobre as políticas e instrumentos disponíveis para apoiar e incentivar o seu regresso a Portugal. ■

- Alargar o âmbito de aplicação do regime especial de IRS para residentes não-habituais a jovens

emigrantes, prevendo que cidadãos que não tenham sido considerados residentes no território nacional por um determinado período de tempo acedam a um regime fiscal mais benéfico. ■

- Centralizar numa plataforma electrónica toda a legislação laboral em vigor, toda a informação sobre os mecanismos de incentivo à contratação e todas as ofertas de emprego públicas e privadas articuladas com os centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional. ■

- Estabelecer uma descida progressiva e, simultaneamente, fixar um novo tecto para o valor da propina aplicada no Ensino Superior público, assunção máxima do objectivo estratégico de redução das barreiras económicas no acesso e frequência do Ensino Superior, desenhando um modelo de redução gradual e usando como referência o Indexante de Apoio Social (IAS). ■

- Limitar o valor das propinas em todo o 2.º ciclo de estudos no Ensino Superior público, com o intuito de responder a novas barreiras geradoras de desigualdades nos percursos académicos individuais, criadas pela importância crescente da obtenção de um grau que, ao contrário do que acontece com o 1.º ciclo, carece de regulamentação quanto à propina máxima aplicável. ■

- Criar um mecanismo universal de pagamento faseado de propinas no Ensino Superior público, com o objectivo de uniformizar este modelo de pagamento já utilizado em diversas instituições e contribuir para a suavização dos pagamentos efectuados pelos estudantes. ■

- Instituir um regulamento nacional de taxas e emolumentos aplicáveis no Ensino Superior público, por forma a implementar normas regulamentares e uniformizadoras e a reduzir assimetrias entre instituições e práticas de manifesta injustiça. ■

- Rever o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo, redefinindo a fórmula de cálculo, tendo em visto o aumento do apoio disponibilizado através dos mecanismos de acção social directa aos estudantes do Ensino Superior, sem negligenciar o vasto conjunto de despesas associadas à frequência do Ensino Superior em domínios como a habitação ou a mobilidade. ■

- Rever o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), documento base do Ensino Superior português, com vista a alterar, nomeadamente, a representatividade estudantil nos órgãos de gestão democráticos das instituições de Ensino Superior. ■

- Promover a reforma da rede e da oferta de Ensino Superior, traçando a definição clara das missões de cada subsistema, potenciando as sinergias e a uniformização de nomenclaturas de cursos de 1º ciclo e reforçando ainda as condições de comparabilidade nacional e internacional dos cursos conferentes de grau ministrados em Portugal. ■

- Criar o Estatuto de Carreira do Investigador, substituindo gradualmente as bolsas de investigação por contratos a termo certo, e assim valorizando dignamente os investigadores enquanto activos imprescindíveis nos diversos campos de estudo científico. ■

- Rever o Estatuto do Aluno e criar um estatuto alargado a todos os estudantes em Portugal, sendo fundamental alterar o actual regime de faltas e estabelecer uma carta de direitos, deveres e garantias de cada aluno, incluindo conteúdos que salvaguardem as prerrogativas hoje já estabelecidas nos diversos estatutos especiais do Ensino Superior. ■

- Eliminar as provas finais dos 1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico, porquanto não contribuem para uma efectiva melhoria da aprendizagem dos estudantes ou do sistema de ensino, no seu conjunto. ■

- Reforçar o financiamento de programas nacionais de mobilidade para os estudantes, visando alavancar a percentagem de estudantes com acesso a experiências internacionais e introduzindo adicionalmente mecanismos que favoreçam um maior acesso de jovens desfavorecidos a estas experiências. ■

- Distribuir gratuitamente os manuais escolares, evitando desperdícios de recursos e garantindo o princípio de que as ferramentas básicas para o cumprimento da escolaridade obrigatória não acarretam custos adicionais para os alunos e respectivos agregados familiares. ■

- Reforçar o combate ao insucesso e abandono escolar, concretamente através da criação de equipas pedagógicas multidisciplinares, recorrendo à contratação de psicólogos para acompanhamento dos alunos. ■

- Reforçar a leccionação de conteúdos de Educação Sexual no ensino obrigatório, promovendo um maior conhecimento sobre saúde sexual e reprodutiva e prevenção de comportamentos de risco e instituindo uma disciplina própria. ■

- Alargar o quadro de competências, modalidades e financiamento dos Gabinetes de Informação e Apoio, no âmbito da educação para a saúde e educação sexual, nomeadamente através da distribuição gratuita de preservativos nas escolas dos ensinos básicos e secundário. ■

- Assegurar a conclusão das obras do Parque Escolar já iniciadas em estabelecimentos do Ensino Secundário, assegurando condições de dignidade nas infra-estruturas escolares. ■

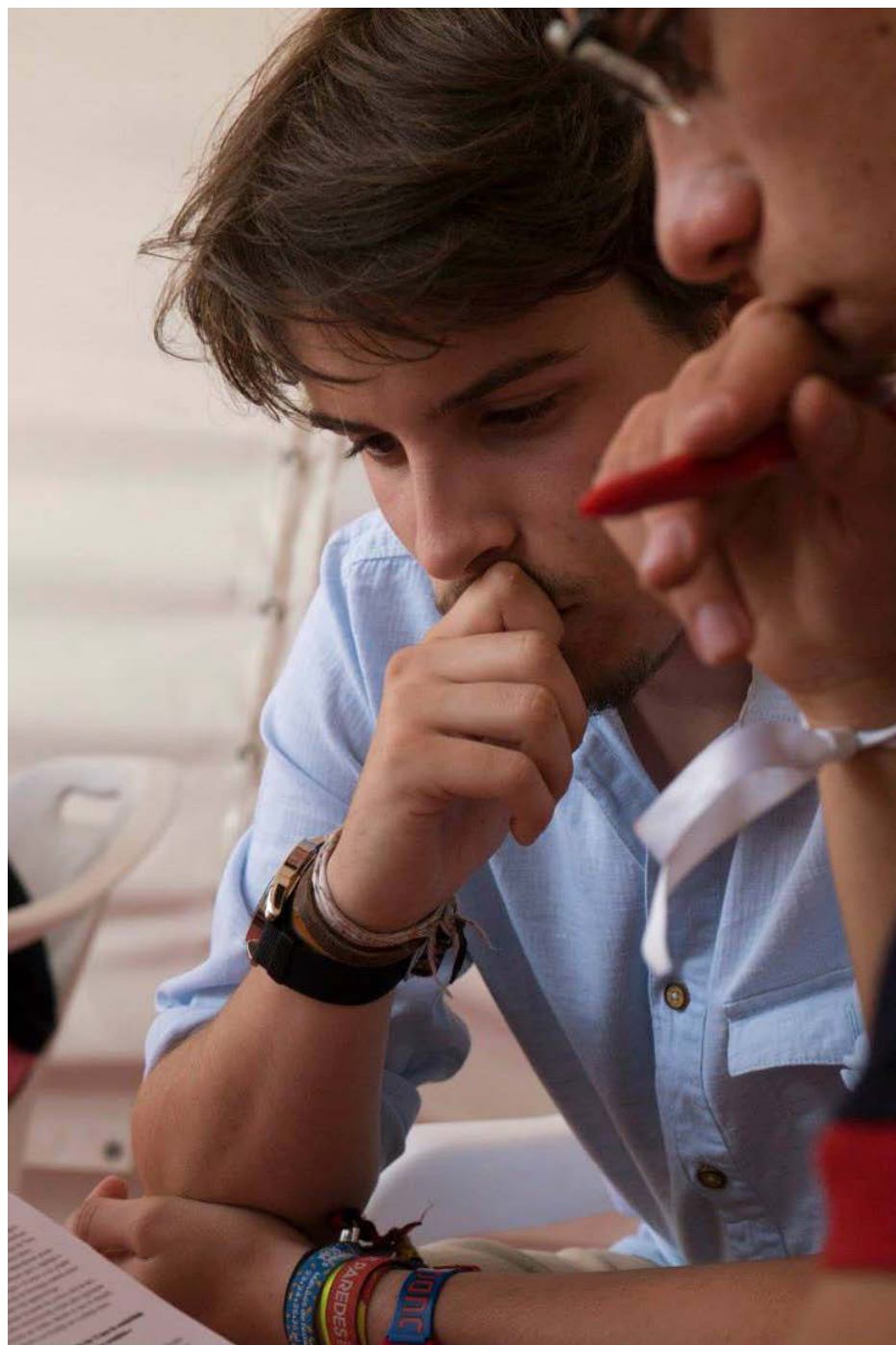
- Reforçar e uniformizar os descontos em transportes públicos para estudantes até aos 25 anos, tendo por objectivo a melhoria das condições de acesso à mobilidade, através de alteração integrada das

normas existentes relativas a todos os passes escolares e descontos para crianças e jovens, e reflectindo aquela que deve ser uma política geral, coerente e estruturada para a mobilidade jovem. ■

- Criar um programa nacional de arrendamento e aquisição de espaços para jovens, reforçando o financiamento do Programa Porta 65 e prevendo o seu aprofundamento, por forma a permitir o acesso a habitação a custos controlados, escritórios e lojas, com possibilidade de reabilitação dos imóveis em condições benéficas. ■

- Proceder a uma contínua integração de diferentes modalidades de transporte, uniformizando sistemas de bilhética e informação, no sentido de facilitar a mobilidade dos estudantes cuja frequência de um grau de escolaridade obrigue a deslocações pendulares quotidianas. ■





Vamos pela Esquerda na Coesão Social e Territorial

A coesão social e territorial afigura-se imprescindível para a construção de um país mais harmonioso, ocupando o Estado Social e a Cultura um papel decisivo na valorização das pessoas e dos territórios.

O Estado Social impõe-se por forma a garantir a não discriminação dos cidadãos no acesso aos serviços públicos de natureza diversa face ao local de nascimento, estudo ou vivência e deve ser partilhado e garantido, com benefício e eficácia para o cidadão que dele requer, em todo o território nacional, do litoral ao interior, do continente às regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

O conceito de «melhor Estado» está comprovadamente associado à capacidade de distribuição de recursos pelo território e sua aplicação onde são mais necessários, assim como à descentralização administrativa e de competências sectoriais da administração central para entidades intermédias ou autarquias.

Colocando os centros de decisão mais próximos do problema em resolução, é criada uma nova geração de políticas de proximidade, o que permite também uma maior transparência na gestão dos recursos públicos e uma fiscalização mais imediata por parte dos cidadãos e da comunidade.

Questões relacionadas com o ambiente e energia, desporto ou qualidade de vida remetem para um ideal de sustentabilidade que encontra eco no fortalecimento da coesão social, promovendo um país mais consciente e respeitador dos seus ecossistemas naturais, potenciador de modos de vida saudáveis, e mais parcimonioso na gestão dos recursos endógenos e exógenos inerentes ao território.

- Instituir as regiões administrativas em Portugal, com o objectivo de proceder a uma verdadeira reforma do Estado, que assegure uma melhor gestão dos recursos públicos, maior transparência por parte dos agentes políticos e uma democracia mais representativa e qualificada. ■

- Regredir a aplicação de taxas moderadoras no Serviço Nacional de Saúde, que actualmente configuram verdadeiros co-pagamentos, assegurando inequivocamente o carácter universal e gratuito do acesso a um sistema de saúde público e de qualidade em Portugal. ■

- Criar progressivamente uma rede nacional de *hotspots* gratuitos e de acesso livre, nomeadamente em edifícios e espaços públicos de utilização massiva, no âmbito de uma agenda digital que promova o acesso à Internet como direito fundamental. ■

- Implementar de forma acelerada um programa nacional de combate às barreiras arquitectónicas e adaptação de edifícios públicos, garantindo a acessibilidade plena dos cidadãos com mobilidade reduzida. ■

- - Desenvolver uma rede nacional de parques públicos com estruturas de lazer, bem-estar e condicionamento físico, desde a infância à terceira idade, em articulação com as autarquias, com o objectivo de promover uma sensibilidade crescente para a adopção de hábitos de vida saudáveis e o envelhecimento activo. ■

- Expandir a rede de infra-estruturas de apoio à utilização de veículos eléctricos ligeiros, incentivando a sua aquisição e utilização como factores de relevo no domínio da sustentabilidade ambiental, o que implica também a adopção de políticas fiscais que mitiguem o custo dos equipamentos. ■

- Promover a utilização das coberturas dos edifícios, nomeadamente em meios urbanos, como forma de potenciar as energias renováveis e os seus benefícios económicos e ambientais. ■

- Reforçar o financiamento do Desporto Escolar, conferindo uma visão de conjunto à valorização da prática desportiva em contexto escolar e permitindo que o desporto seja identificado como uma componente básica na formação individual e na promoção de estilos de vida saudáveis. ■

- Apresentar um programa nacional de reabilitação e dinamização das pousadas de juventude, em particular as que se encontram actualmente encerradas, valorizando a promoção do turismo jovem a custos controlados e assegurando a manutenção das mesmas na esfera da gestão pública. ■

- Introduzir um mecanismo legal que se materialize num passaporte cultural e possibilite o acesso aos museus e monumentos nacionais, em condições preferenciais, para jovens até aos 30 anos, a fim de contribuir para a democratização do acesso e fruição cultural. ■

- Sensibilizar as entidades patronais para beneficiar os seus trabalhadores através de um complemento salarial mensal destinado ao acesso a espectáculos, aquisição de livros e demais bens culturais, cujo valor investido será considerado mecenato para efeitos fiscais. ■

- Fomentar a presença de artistas profissionais nas escolas para leccionar aulas artísticas curriculares e

extracurriculares, nos ensinos básico e secundário, para a formação de uma geração mais criativa e mais participativa na procura de bens e actividades de índole cultural. ■

- Rever a legislação subjacente ao funcionamento das comissões de protecção de crianças e jovens municipais, reforçando a sua articulação com a Segurança Social, a Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco e as forças de segurança, bem como garantindo o adequado financiamento e provisão de recursos humanos necessários à sua missão. ■

- Reverter as actuais regras de contratação na administração pública, por forma a possibilitar a contratação de jovens e impedir a contratação precária de trabalhadores em todos os sectores do Estado, designadamente promovendo a estabilidade na colocação e respectiva vinculação dos professores. ■

- Aumentar significativamente o valor definido para o Salário Mínimo Nacional, que se encontra ainda em níveis absolutamente inadmissíveis e posicionam Portugal como um dos países com mão-de-obra menos bem remunerada no espaço europeu. ■





Vamos pela Esquerda na Democracia

Aproximar os jovens portugueses das instituições democráticas e da acção política é uma ambição clara da Juventude Socialista. Reconhecemos que, nos últimos 40 anos, a República não priorizou, de forma aberta e afirmativa, a formação cívica e política das crianças e jovens, dando-lhes a conhecer plenamente os seus direitos políticos, com receio de cair na doutrinação antidemocrática existente antes do 25 de Abril.

A Juventude Socialista acredita que a instrução das gerações para o exercício livre da cidadania e para a participação política activa, numa sociedade esclarecida e democrática, não deve ser uma prerrogativa exclusiva das famílias ou do meio socioeconómico em que um jovem se insere, havendo espaço e oportunidade para a comunidade escolar estimular as bases de um pensamento livre, humanista e abrangente do futuro cidadão, que, aos 18 anos, adquiere direitos políticos enquanto eleitor e potencial eleito na *Res Publica*.

Um caminho interessante para a qualificação da democracia será o aumento e diversificação dos instrumentos de intervenção cívica e política em moldes mais participativos, transformando significativamente a relação entre eleitores e eleitos, ou entre cidadãos e opções ou decisões políticas concretas, com ganhos de transparência,

credibilidade e proximidade.

De futuro, o Estado deve reconhecer activamente nos interlocutores jovens, nomeadamente no associativismo juvenil e estudantil, parceiros e agentes fundamentais para a construção de agendas políticas para a juventude e para o voluntariado jovem.

- Promover uma separação orgânica dos domínios do desporto e juventude ao nível da gestão levada a cabo pela administração central, cuja integração actual se verifica, desde logo, na secretaria de estado correspondente, a Secretaria de Estado do Desporto e Juventude, e no instituto público que promove as respectivas políticas, o Instituto Português do Desporto e Juventude, que não tem sabido, comprovadamente, valorizar as políticas de juventude. ■■

- Implementar experiências nacionais de orçamento participativo jovem, através de organismos e entidades públicas e de carácter nacional, designadamente o Instituto Português do Desporto e Juventude, por forma a permitir o envolvimento do conjunto da juventude portuguesa num processo de partilha de decisão. ■■

- Valorizar plataformas formais de intervenção cívica e política no âmbito do associativismo jovem, nomeadamente actuando sobre a fiscalização da implementação de Conselhos Municipais de Juventude e a criação de Conselhos Regionais de Juventude, assim como de outras plataformas que fomentem a participação cívica e política dos jovens. ■■

- Reconhecer as competências adquiridas no voluntariado jovem, através da criação de um documento legal que identifique e credencie o trabalho que é realizado de forma não remunerada por jovens, designadamente o voluntariado social. ■■

- Introduzir um passaporte cívico, onde se valorize e se reconheça a participação de estudantes em actividades extracurriculares e de não-estudantes nas mais diversas formas de participação em organizações de carácter associativo, cooperativo e voluntário, nomeadamente no âmbito da Educação Não Formal. ■

- Promover um reconhecimento automático das associações de estudantes do sistema de ensino público, assegurando gratuitamente todos os passos necessários para a sua formalização e inclusão no Registo Nacional de Associativismo Jovem. ■

- Lançar uma campanha nacional de formalização e inscrição de associações e colectivos juvenis no Registo Nacional de Associativismo Jovem, envolvendo entidades públicas e autarquias e simplificando os procedimentos burocráticos necessários para esse efeito. ■

- Promover a reposição da disciplina de Formação Cívica no ensino obrigatório, visando o desenvolvimento da consciência cívica dos jovens e do seu conhecimento crítico face às realidades sociais e aos direitos políticos do cidadão português. ■

- Adoptar um sistema de votação electrónico presencial para os actos eleitorais em Portugal, no sentido de garantir que qualquer cidadão possa exercer este direito constitucional independentemente do local onde está recenseado e projectar uma experiência-piloto de votação electrónica não presencial exclusivamente para emigrantes, através de reconhecimento do Cartão do Cidadão. ■

- Instituir a limitação de mandatos em todas as funções executivas decorrentes de eleição popular, designadamente em governos e autarquias. ■



Vamos pela Esquerda na Europa

A dimensão política das decisões tomadas nos diferentes órgãos da União Europeia é hoje fundamental nos impactos que gera a nível do quotidiano das vidas dos mais de 500 milhões de europeus, residentes nos 28 Estados-membro.

Sem esquecer a realidade atlântica do país e a sua pertença ao espaço lusófono, Portugal e os Portugueses fazem parte desta união de Estados e de povos, tendo, como tal, de contribuir para a definição das políticas comuns da União Europeia.

Nos últimos anos, nomeadamente através da Comissão Europeia e do Conselho Europeu, a União Europeia apoiou, patrocinou e impôs receitas de austeridade aos Estados-membro mais fortemente atingidos pelos efeitos nocivos, directos e indirectos, das crises financeiras e económicas internacionais.

Os princípios de solidariedade que deviam presidir ao projecto europeu desvaneceram e foi propagado um discurso inaceitável de fomento de um estigma falseado entre uma Europa do norte e centro, cumpridora e financeiramente disciplinada, liderada pela potência económica alemã, e uma Europa do sul, economicamente mais débil e despesista.

A Juventude Socialista defende uma União Europeia que regresse aos valores fundadores de paz,

harmonia e prosperidade e que coloque o futuro dos cidadãos europeus como prioridade política central do projecto comum, sendo que, para cumprir estas premissas, é fundamental atenuar a obsessão actual pelo controlo dos défices orçamentais, substituindo-a por uma visão estratégica sustentável focada no crescimento económico e na sustentabilidade do modelo social europeu.

Assumidamente federalistas, tudo faremos para que a União Europeia crie condições para o avanço dos mecanismos de integração económica dos vários Estados-membro, permitindo o surgimento de políticas redistributivas supranacionais nos campos da protecção social e do emprego e indo ao encontro de uma urgente resposta ao flagelo do desemprego jovem, que atinge um quarto dos jovens europeus com menos de 25 anos de idade.

- Lutar pela criação de um salário mínimo europeu, procurando respeitar as diferenças existentes em cada Estado-membro, mas garantido as condições essenciais para que cada cidadão possa viver de forma digna pelo rendimento do seu trabalho. ■

- Defender a mutualização do subsídio de desemprego, um mecanismo de solidariedade europeu para que os países que apresentam maiores dificuldades no pagamento das prestações sociais, devido a um aumento inesperado do desemprego, por exemplo, possam ser apoiados por países com menores encargos relativos nestas despesas. ■

- Instituir a emissão de Eurobonds, com o objectivo de mutualizar a emissão de títulos de dívida pública dos Estados-membro da União Europeia e impedir que a desregulação dos mercados financeiros e a especulação operem negativamente sobre a estabilidade das economias. ■

- Proceder a uma efectiva reforma das instituições da União Europeia, aproximando os cidadãos europeus dos seus órgãos mais relevantes e

promovendo a eleição directa do presidente da Comissão Europeia. ■

- Reforçar o financiamento do programa Erasmus + por parte da Comissão Europeia, que engloba todos os programas de mobilidade educativa e formativa da União Europeia. ■





JUVENTUDE
SOCIALISTA

www.juventudesocialista.pt
www.vamospelaesquerda.pt